

SOBRE AS FUNÇÕES DAS NARRATIVAS NA EVOLUÇÃO CULTURAL HUMANA: PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO DA TEORIZAÇÃO RECENTE¹

Pedro Ramos Dolabela Chagas^{2,3}

dolabelachagas@gmail.com

Resumo: O artigo comenta proposições recentes, de várias disciplinas acadêmicas, sobre o papel de práticas e produções narrativas na explicação da evolução cultural humana, com foco nas consequências práticas de crenças e padrões de comportamento fundamentados em histórias compartilhadas. De Daniel Dor, Robin Dunbar, Michael Tomasello, Dennis Dutton, Nick Enfield, Daniel Hutto e António Damásio, discutimos ideias cujas implicações para a explicação da vida social são sequenciadas, no artigo, num nível ascendente de complexidade, partindo das funções elementares da linguagem humana para chegar à aceleração cultural que tem caracterizado a história da nossa espécie. Para organizar a discussão, parte-se do conceito de narrativa proposto por Richard Walsh, que busca estabelecer estruturas lógicas e formais presentes nas inúmeras funções e manifestações do fenômeno ao longo do tempo. Ordenada a discussão pelo conceito de Walsh, apresenta-se ideias sobre a evolução cultural humana que são colocadas numa relação de complementaridade, formando um conjunto de proposições que sugerem os modos pelos quais as funções originais das práticas narrativas explicam aspectos centrais das várias funções e características que essas práticas assumiram ao longo da história.

Palavras-chave: narrativas, linguagem, evolução cultural humana, imaginação, ficção.

¹ Recebido: 08-08-2024/ Aceito: 09-12-2024/ Publicado on-line: 11-12-2024.

² É professor na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil.

³ ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0336-489X>.

Encerrado já quase um quarto do século XXI, o termo “narrativa” tem sido cada vez mais integrado à descrição e à explicação de fenômenos sociais diversos. Não penso na banalização do termo no jargão político contemporâneo, mas na sua presença na produção acadêmica das humanidades. Robert Shiller (2019), por exemplo, argumenta que as histórias que contamos uns para os outros sobre a economia e o papel que desempenhamos nela geram resultados de larga escala, fazendo com que a análise de mitos e narrativas populares, na medida em veiculam ideias e crenças capazes de influenciar eventos, instituições, políticas e concepções da realidade, devam ocupar um lugar central na análise econômica. Antes dele, ao argumentar que o juízo moral determina a condição humana, Christian Smith (2003) defendera que isso nos torna excelentes contadores de histórias, como instrumentos para a disseminação de valores morais capazes de estruturar a vida coletiva. Um pouco mais tarde, Jonathan Haidt (2012) proporia, a partir de pressuposições semelhantes sobre o papel fundamental da moralidade na estruturação da vida social humana, que certas narrativas fundamentais orientam, na condição de pressupostos (nem sempre explicitados), os discursos de legitimação de grandes campos políticos em posição adversária na modernidade. Enquanto isso, em paralelo, narrativas recebiam saliência nas ciências da natureza, com Richard Dawkins (2009) indicando a condição narrativa de explicações evolutivas, Marcelo Gleiser (1998) propondo uma abordagem narrativa da história do universo e das concepções na astronomia, Ilya Prigogine (1996) defendendo a irreversibilidade do tempo – a articulação temporal dos processos

– como inerente aos fenômenos físicos, que assim adquiriram historicidade.

Este artigo se concentra nas humanidades, discutindo proposições recentes, de disciplinas vizinhas, que incluem narrativas no centro da explicação do agenciamento de processos coletivos, com especial atenção às consequências práticas de crenças e padrões de comportamento fundamentados em histórias compartilhadas. Mais especificamente, tratarei de teorias que situam práticas narrativas como elemento definidor da evolução cultural humana – mesmo quando essas teorias não utilizam o termo, elas nos interessam pela importância que atribuem a práticas que só podem se efetivar narrativamente. São proposições convergentes, que proponho ordenar sequencialmente num nível ascendente de análise da complexidade social que elas descrevem – da teorização da linguagem como fundamento elementar das práticas narrativas, às implicações dessas práticas para a aceleração da evolução cultural humana. Entendo que essa ordenação tem interesse imanente, pois essas teorias não dialogam ostensivamente entre si, o que nubla a contribuição do quadro que, em conjunto, elas podem constituir. Mas não se trata apenas de apontar o que elas têm em comum, pois busco integrar suas discussões sobre a narrativa numa mesma narrativa comum sobre a evolução cultural humana.

De acordo com essa narrativa unificadora, poderes elementares da linguagem – como estrutura de apelo à imaginação – substanciaram os poderes que a narrativa manifestaria no estreitamento das relações interpessoais, na composição de coletividades funcionais, na ideação de crenças compartilhadas, na coordenação da cooperação em

larga escala, na inovação cultural. Em tudo isso, narrativas foram decisivas, de acordo com as teorias que serão comentadas – que não compartilham, porém, uma definição comum do termo. Sem isso, a consiliência entre elas não tem fundamento sólido; para sanar o problema, o primeiro passo metodológico deste artigo é buscar um conceito que opere de maneira transversal a todas elas, permitindo controlar a interlocução ao assegurar que estaremos falando do mesmo fenômeno – com sua lógica e forma, ontologia e epistemologia – em cada passo da discussão.

Essa teoria virá de Richard Walsh, cujo trabalho é ainda pouco conhecido no Brasil. Walsh propõe uma teoria mínima que busca estabelecer as estruturas elementares da narrativa, sem se ocupar das muitas funções específicas que lhe são dadas: isso nos permite usá-la para descrever, em simultâneo, as várias manifestações do fenômeno que têm avançado a compreensão do seu lugar na evolução cultural humana. O conceito de Walsh é compatível com todas as proposições trabalhadas aqui, permitindo que elas falem a mesma linguagem sob a sua perspectiva unificadora. Em especial, Walsh nos ajuda a entender a interrelação entre a forma e a lógica das produções narrativas, enfatizando a sua condição de construção – com as consequências epistêmicas que isso implica.

A partir dessa ordenação global pelo conceito de Walsh, apresentarei uma sequência de ideias compatíveis sobre a centralidade das narrativas na vida social e nas práticas culturais humanas, que sugerem, em comum, a preservação, na longa duração, das suas funções originais. Passaremos por Daniel Dor, Robin Dunbar, Michael Tomasello,

Dennis Dutton, Nick Enfield, Daniel Hutto, António Damásio; com eles, falaremos da linguagem como instrução da imaginação, do mito e do humor como instrumentos de estabelecimento de relações de cooperação e confiança, da justificação moral como impulso à narrativização, da ficção como jogo autorregrado que simula problemas potenciais da vida individual e social, de estórias como instrumentos de convencimento e persuasão, das estórias populares como base formativa de capacidades psicológicas fundamentais para a navegação do mundo social, de estórias autorreflexivas como fundamento da aceleração cultural humana. Outros autores poderiam integrar essa lista, que não pretende ser exclusiva nem exaustiva. De toda maneira, os autores selecionados nos dão um quadro variado de proposições, que ilumina aspectos centrais de gêneros discursivos ficcionais e não ficcionais, estimulando novas compreensões das suas funções, modos de apelo, sucesso comercial e valoração institucional – entre outras possibilidades de renovação da análise do presente, pela discussão dos gatilhos evolutivos das práticas narrativas. Começemos pelo conceito.

Conceito mínimo de narrativa

Em Walsh (2018), narrativa não é exatamente sinônimo de “estória”, mas um modo de pensamento primário, dotado de uma forma específica e uma lógica peculiar. Narrar é um modo de produzir sentido, integrado ao nosso engajamento com o mundo e ao nosso pensamento. É um modo de cognição dotado de uma gama específica e limitada de possibilidades; como todo modo de produção de sentido, ela enquadra os fenômenos à sua lógica: a narrativa é

uma forma de significação, não um tipo de ocorrência; os acontecimentos não são em si narrativos, sendo narrativizados pelo enquadramento que lhes é dado (Walsh, 2018, p. 12).

Walsh delimita o conceito presumindo o mínimo possível a seu respeito. Sua definição se ocupa da estrutura geral, que ele qualifica como uma “articulação semiótica numa sequência temporal linear”. Cada termo da definição demanda sua própria explicação, mas o núcleo da definição é o termo “sequência”, que estrutura os demais: segundo Walsh, é o termo mais neutro para descrever a relação formal que uma narrativa articula, representando a transição da ausência de forma para uma ordem específica (Walsh, 2018, p. 13).

A forma sequencial inclui relações causais, eventos e agência, que são elementos comuns em narrativas, mas que, nesta definição, resultam do sequenciamento que elas impõem aos fenômenos. A causalidade não seria uma condição da representação narrativa, mas um dos seus produtos: uma narrativa pode sugerir ou imputar conexões causais, sem afirmá-las positivamente. Um “evento” também seria um produto, não uma matéria-prima do pensamento narrativo: fatos não são em si narrativos; narrativas os definem como fatos ao estruturá-los de certa maneira, e nada garante que eles tenham essa ontologia fora da lógica que assim os configura (Walsh, 2018, p. 13-14). Quanto à agência, também tipicamente associada ao fenômeno, se pensarmos que narrativas podem tratar de processos inanimados – um eclipse solar, um processo geológico –, também ela seria um dos seus efeitos, e não um fundamento: narrativas nem

sempre lidam com humanos ou seres dotados da capacidade de agência, mas trazem seus materiais para um quadro humano de referência. Ao fazê-lo, elas atribuem (implícita ou explicitamente) aos seus objetos uma gama de noções antropocêntricas, como “agência” e “experiência”.

A ordem sequencial com a qual a narrativa enquadra os fenômenos não é espacial ou conceitual, mas temporal. A narrativa é sobre o tempo, estruturando um sequenciamento temporal de elementos. Ela pode incluir informações espaciais ou conceituais, mas isso não é lhe essencial: ela estabelece uma sequência temporal e é articulada numa sequência temporal. Ela representa uma sequência temporal, sua expressão tem uma dimensão temporal, e as duas podem não se alinhar diretamente: a relação entre as temporalidades do narrado e da narração é frequentemente explorada, por exemplo, na literatura (Walsh, 2018, p. 14-15). Isso revela a capacidade de elaboração reflexiva da narrativa, que é capaz de tornar a temporalidade, que é sua condição, em um dos seus objetos.

Passando à palavra “linear”, ela delimita um tipo de sequenciamento temporal característico. A narrativa é frequentemente caracterizada como não linear, o que se refere às maneiras pelas quais sua articulação de eventos pode não ser oferecida numa única sequência consecutiva (i.e. não havendo linearidade na narração), ou pelas quais os eventos narrados podem não existir como sequência por uma questão de princípio (não linearidade do narrado, como quando os eventos narrados não se sucedem cronologicamente). Mesmo em casos extremos, porém, essas não são formas alternativas de narrativa, mas evidenciam o fato de que a ló-

gica narrativa é sempre linear (Walsh, 2018, p. 15-17), exigindo uma progressão de um ponto a outro, mesmo quando os elementos são estruturados de maneira alternativa – ao final da leitura *O som e a fúria* ou *O jogo da amarelinha*, é possível reconstituir os eventos linearmente, mesmo que eles tenham sido narrados alternativamente.

Quanto ao termo “articulação”, ele indica que a narrativa é um processo, uma atividade de produção de sentido em sua produção e recepção. A narrativa não é o texto em si, nem algo transmitido pelo texto, mas o modo cognitivo da sua produção e interpretação. O termo “articulação” transmite essa ideia: “comunicação” limitaria a narrativa às suas manifestações sociais, enquanto “expressão” implicaria a existência de algo – conteúdo, estrutura, significado, intenção – preexistente ao ato narrativo, que seria por ele transmitido (Walsh, 2018, p. 17-18). Como um processo primário de criação de sentido, numa narrativa o sentido é criado, não meramente transmitido: “articulação” significa “estruturar, ajuntar, dar forma a”, no intento de produzir e expressar uma forma significativa.

O termo “semiótica”, por sua vez, indica que a articulação da narrativa pertence ao domínio do significado e do uso dos signos. Ela não ocorre no mundo, sem mediação da mente, pois é um processo cognitivo pelo qual a mente torna o mundo inteligível – dele abstraindo sentido, padrão e ordem que adquirem expressão nalgum meio semiótico. A narrativa é sempre produzida nalgum meio semiótico, e não necessariamente linguístico (Walsh, 2018, p. 18-19); como processo mental, a cognição narrativa opera, em seu nível mais fundamental, no plano da percepção, em que o signi-

ficado envolve avaliações de semelhanças e conexão empírica direta. A lógica da cognição narrativa pode ser entendida em termos abstratos, distintos de manifestações representacionais; Walsh indica, por exemplo, conexões possíveis entre a narrativa e a música.

Como “articulação semiótica numa sequência temporal linear”, nessa definição a narrativa seria, então, um modo cognitivo básico de produção de sentido, que cria uma forma significativa dotada de uma lógica temporal específica. É um mecanismo cognitivo que permite descobrir ou estipular padrões em processos de vários tipos, conferindo ordem ao fluxo dos fenômenos temporais. Esses padrões podem ser reais ou não, mas o status de padrão é sempre relativo a uma perspectiva informada por pressupostos sobre a saliência e relevância da informação: a cognição narrativa é perspectivista, ordenando os fenômenos a partir do ponto espacial e temporal da narração (e não do narrado). Operar a partir de certa perspectiva é uma condição constitutiva da narração, mesmo quando ela parece “onisciente”: toda narrativa é produzida e situada num contexto espaço-temporal, que motiva as considerações pragmáticas – os critérios de relevância – que definirão sua perspectiva (Walsh, 2018, p. 19-20). A forma peculiar de cada narrativa é influenciada pelas circunstâncias do contexto da narração, que estipula parâmetros e considerações, amplos ou específicos, sobre o que deve ser dito. A relevância contextual da informação é uma consideração comunicativa para o narrador e um pressuposto da interpretação do receptor, definindo os objetivos da referência aos fenômenos temporais.

Walsh indica que essas características da produção narrativa de sentido são projetadas nos seus objetos intencionais, incluindo, em especial, sua lógica sequencial. Com frequência, o sequenciamento sugere relações causais entre os seus objetos de atenção. Todo processo cognitivo é limitado por algum tipo de finitude pragmática: no caso das narrativas, sua tendência ao fechamento explica que elas tendam a representar totalidades temporais. O desfecho não é seu imperativo representacional, mas costuma ser motivado por critérios de relevância que vêm da própria perspectiva adotada: o fechamento não se refere necessariamente à resolução de um evento, mas à satisfação da demanda pela significação, pela relevância satisfeita (Walsh, 2018, p. 20-21). Um desfecho tem consequências importantes para a compreensão da narrativa, pois sua lógica tende a ser projetada nos eventos representados: se uma narrativa é orientada em direção ao fim, e se sua forma é dada pela antecipação do fechamento, do significado finalmente alcançado que confere sentido ao todo, essas características formais tendem a ser atribuídas ao objeto da representação, conferindo-lhe uma predisposição à teleologia que, como orientação para um ponto final, é um modo narrativo de pensamento, e não uma propriedade imanente do objeto representado.

Narrativas frequentemente representam agentes antropomorfizados, atribuindo-lhes agência (como capacidade de ação dirigida a objetivos) e, assim, conotando atribuições psicológicas de motivo e intenção; mesmo narrativas sobre não humanos tendem a tratá-los como se eles tivessem qualidades da agência humana. Narrativas projetam agência

porque são estratégias cognitivas de um animal social: a narrativa não é necessariamente sobre a experiência humana, mas para a experiência humana, pois é um modo antropocêntrico de cognição (Walsh, 2018, p. 22-23). Esse antropocentrismo é, afinal uma condição pragmática de toda a nossa produção de conhecimento, na medida em que todo nosso ato de compreensão envolve trazer o objeto para uma relação inteligível com um ponto de vista humano.

No caso, trata-se de uma função cognitiva de caráter heurístico, restrito aos propósitos colocados. Walsh afirma que uma narrativa sempre se apoia sobre pressuposições não examinadas, e parte do sentido que ela produz permanece implícito. Os limites do sentido articulado são impostos pelos recursos finitos da cognição e da interpretação, que são limites pragmáticos da produção de sentido como tal – a força de uma narrativa está tão atrelada àquilo que ela implica, quanto àquilo que ela expressa (Walsh, 2018, p. 23). O implícito estimula a sua reflexividade, atuando para direcionar a atenção da produção narrativa de sentido a si mesma. Isso leva não apenas à sua proliferação, mas ao seu refinamento (Walsh, 2018, p. 23-24). Movimentos reflexivos ocorrem em todas as escalas, dos dispositivos locais de representação (como o desenvolvimento do discurso indireto livre), aos propósitos comunicativos globais (como as formas retóricas). A reflexividade também pode levar à crítica, que desvela pressupostos ocultos em práticas narrativas anteriores e assim amplia os limites da produção de sentido.

Uma “articulação semiótica numa sequência temporal linear”, enfim: teremos essa definição em mente ao discu-

tirmos, a partir de agora, funções e motivações da narrativa nas práticas sociais e na evolução cultural humana. Por essa definição, narrativas são construções, fabricações, artifícios antropocêntricos de produção de sentido, feitos pela organização lógica e formal de elementos inventados ou identificados na realidade compartilhada. Essa condição de produção estimula a reflexividade das práticas narrativas, fomentando mais narrativas pela exploração de temas e formas de narrativas anteriores. Com essas noções em mente, passemos aos próximos interlocutores – começando pelo tratamento dos poderes gerais da linguagem, a partir de uma teoria recente das suas funções evolutivas.

Instrução da imaginação

Para as finalidades deste artigo, entender a narrativa envolve compreender efeitos que a linguagem, de maneira geral, é capaz de produzir. Entendo que Daniel Dor (2015), ao situar a função evolutiva da linguagem na capacidade de instrução da imaginação alheia, explica os poderes atribuídos à narrativa pelos autores discutidos neste artigo. Mesmo que Dor não trate especificamente da narrativa, fica evidente que os poderes que ele identifica na linguagem são nela hiperbolizados: se tomamos como referência um conceito de narrativa que a descreve como uma “articulação semiótica numa sequência temporal linear”, e se, em Dor, a linguagem natural humana é entendida como um instrumento de instrução da imaginação alheia (como veremos a seguir), entende-se que, ao longo da evolução cultural humana, narrativas possibilitariam explorações complexas e imprevistas, de maior ou menor alcance, daquela função elementar da lin-

guagem. Mais especificamente, enquanto Walsh situa a narrativização como um modo de cognição anterior à linguagem (pois uma estruturação narrativa da informação pode ser conferida, por exemplo, à percepção de alterações sucessivas num certo campo visual, subsistindo, para o agente, como uma representação mental não verbalizada), em Dor a “articulação” prevista no conceito de Walsh passa a se referir a dados inicialmente expressos no meio semiótico da fala. Esse tipo de articulação da informação direcionaria sua intencionalidade – sua condição de “ser dirigida a algo” – à interlocução com outro(s) agente(s), motivada por certo propósito contextual. Nesse contexto, por fim, uma narrativa linguística se mostraria efetiva para o propósito visado se, segundo Dor, ela lograr instruir de certa maneira a imaginação dos ouvintes a respeito de coisas reais ou inventadas, mas que, seja qual for o caso, não estariam imediatamente disponíveis à experiência corporificada. Com isso, a “sequência temporal linear” articulada pela narrativa deixava de operar apenas como uma estratégia individual de atribuição ou identificação de padrões no mundo, para assumir a função de ampliação do mundo compartilhado, para além dos limites da experiência direta. Vejamos como a teoria de Dor nos leva a este ponto.

Dor descreve a experiência humana como um contínuo de vivências corporificadas, física e contextualmente inscritas em ambientes que motivam e dão suporte a relações interpessoais de cooperação e competição. Para entender a contribuição original da linguagem, é preciso destacar a condição privada da experiência individual: sim, nossas vidas mentais são intersubjetivas e culturalizadas, mas nossa

experiência abrange tudo que nos acontece como criaturas mentais – sentir, pensar, compreender, ver, ouvir, imaginar, desejar, agir e reagir, movimentar-se, tudo que compõe os aspectos biológicos e culturais da experiência de sermos nós mesmos. Esses aspectos são interligados holisticamente, fazendo com que toda experiência seja individualmente específica, incluindo as produções de conhecimento que emergem da detecção de semelhanças e analogias entre experiências diferentes – cada pessoa tem suas lembranças e histórias de interação, usa estratégias diferentes de compreensão, é mais ligada a aspectos diferentes do mundo, tem capacidades diferentes de atenção e percepção, maior ou menor propensão à generalização, diferentes concepções das coisas (Dor, 2015, p. 19-21). Temos idade, gênero, status social, força física, desenvolvimento emocional, curiosidade, paciência, níveis de ansiedade diferentes. Por tudo isso, vivemos em mundos experienciais diferentes, incomensuravelmente mais numerosos de que a quantidade de palavras e construções sintáticas que a linguagem oferece. Mas experiências não podem ser diretamente comunicadas a outras mentes; mentes individuais não têm como comunicar seus estados internos diretamente umas às outras. Aqui chegamos ao cerne da teoria, pois Dor propõe que a linguagem reduz a solidão epistêmica que caracteriza a experiência humana, sendo essa a sua função evolutiva (Dor, 2015, p. 22-25).

A lacuna experiencial nunca desaparece, mas a linguagem evoluiu para reduzi-la. Experimentamos o mundo individualmente, mesmo na companhia de outras pessoas a intersubjetividade é experimentada em privado. Somos separados por lacunas experienciais, mas a linguagem as di-

minui por permitir que falantes instruem os ouvintes a imaginar conteúdos distantes da experiência presente, e/ou que eles não poderiam ter conhecido diretamente. Para que isso aconteça, o falante manipula um código, um esquema de coordenadas que leva o ouvinte a revolver conteúdos de memória, que serão reconstruídos e recombinaos numa experiência imaginária. Os componentes da linguagem foram construídos coletivamente, num investimento lento e coordenado de mapeamento e demarcação de formas de falar compartilhadas, que condicionaram os significados de palavras e expressões a efeitos controláveis por falantes e ouvintes, enquanto sintaxes – normas de uso da tecnologia – se consolidavam. Do protocolo sintático e da identificação mútua de significado emergem modelos mutuamente identificáveis do mundo, permitindo a instrução da imaginação (Dor, 2015, p. 39-55).

Decerto, as palavras se correlacionam apenas parcialmente com os conteúdos que emergem na mente do ouvinte. Seus significados são flexíveis, ambíguos, variáveis e sensíveis ao contexto. A propriedade “frágil”, por exemplo, é semanticamente conectada a certos objetos e evoca propriedades e antônimos, mas no mundo analógico da experiência corporificada, os objetos nunca são frágeis ou robustos, frágeis ou fortes, pois nada se organiza ao longo de linhas claras de demarcação. Falantes e ouvintes operam em dois níveis parcialmente correlacionados, experiencial e simbólico: um nível analógico, rico em detalhes, variável, inscrito na mente individual; um nível discreto, esquemático, baseado em significados e suas teias de relações, voltado para a interação social (Dor, 2015, p. 63-79). A rede semântica

não produz definições bem formuladas dos conceitos, mas relações relativamente convencionais entre os conceitos e seus objetos típicos de referência – o que basta, na maioria dos casos, como definição aproximativa: se queremos fazer com que os outros imaginem um objeto com determinadas propriedades, o modelo simplificado das palavras proporciona pontos de referência discretos, fixados por identificação mútua, com os quais podemos instruí-los.

Ainda assim, cada um opera com duas visões relativamente desajustadas do mundo, experiencial (privada) e sociolinguística. Não há apenas lacunas experienciais entre indivíduos; há lacunas em nós mesmos, como usuários da linguagem. Se um mesmo signo linguístico funciona como instrutor da imaginação para indivíduos diferentes, suas redes de relações podem ser diferentes para cada um deles. A identificação mútua é sempre uma questão de grau, e a má comunicação sempre pode acontecer (um ouvinte pode imaginar algo diferente daquilo que o falante queria). Toda comunicação é uma aproximação, mas a função da linguagem não é dizer o que as coisas são, e sim direcionar o ouvinte a certo conjunto de distinções, indicando, por exemplo, quais coisas devem ser apreendidas como diferentes de outras (nos limites daquela comunicação), e quais estão ligadas entre si (naquela comunicação). Dessa maneira a linguagem exerce a função para a qual ela teria evoluído: instruir-nos a imaginar coisas, de acordo com intenções de comunicação.

De posse da linguagem passamos a usá-la para inúmeras coisas, mas é sempre isso que ela permite fazer – é o que narrativas evoluíram para explorar. Inicialmente, a evolução

da linguagem teria sido motivada pela capacidade de imaginar o que não se podia ver com os próprios olhos. Era uma função comunicativa baseada na confiança; ao acreditarmos nos interlocutores, podíamos experimentar uns para os outros (Dor, 2015, p. 202-214). Esse senso de confiança mudou à medida que, com a ampliação do mundo compartilhado em sociedades de complexidade ascendente, o conhecimento direto foi suplementado por comunicações sobre coisas que jamais poderíamos experimentar em primeira mão, e cuja veracidade não poderíamos confirmar. Passamos a perguntar se aquilo era correto ou verdadeiro: as pessoas podiam estar erradas, elas podiam estar mentindo.

Com a mentira, o conjunto de tipos de significado explodiu: livre dos limites da experiência, na mentira o falante imagina uma intenção experiencial em sua mente, diferente daquilo que ele experiencia; o mentiroso não imaginava ao ouvir, imagina para falar. Mentir requer uma boa compreensão do mundo experiencial do ouvinte, e um bom controle das emoções (para não trair suas intenções). Supondo que ficções surgiram mais tardiamente, fica evidente que todas essas são capacidades necessárias para o ficcionista: imaginar conteúdos experiencialmente inexistentes antes de falar sobre eles, compreender o mundo experiencial do ouvinte para antecipar os efeitos mentais a serem provocados pela comunicação, controlar a expressão das emoções para manejar as reações emocionais dos ouvintes – ficções não são mentiras, mas a mentira teria sido o gatilho de capacidades sem as quais a ficção não teria evoluído. Com a linguagem, as pessoas podem se comunicar não apenas sobre experiências que tenham identificado mutuamente, mas

sobre combinações inovadoras dessas experiências; elas podem inventar entidades e falar sobre elas: mitigada a dependência da experiência, desenvolveram-se mundos baseados na imaginação e dissociados da experiência.

Dor propõe que quanto mais a experiência é determinada por aquilo que as palavras levam a imaginar, mais comunicativamente valiosas as palavras serão: o valor comunicativo da linguagem é maior quando alguém é instruído a construir imaginativamente uma experiência que ele jamais teve (Dor, 2015, p. 27). A linguagem é mais decisiva quando a comunicação experiencial é impossível, e é secundária quando a comunicação experiencial é eficaz: uma emoção pode ser suficientemente comunicada pelo olhar, tom de voz ou movimento corporal; para instruir a imaginação de alguém sobre uma experiência emocional, a linguagem deve dissecar o contínuo analógico da experiência real, dando nomes a pontos daquela experiência que possam ser mutuamente identificados pelo ouvinte (eis a função de palavras como felicidade, tristeza, raiva, ciúme, confiança).

A influência da linguagem sobre a experiência privada pode ser forte em casos em que a experiência só é possível pela comunicação linguística, ou em que a experiência só pode ser construída pela imaginação – como é comum em práticas narrativas. Os domínios experiencial e linguístico podem ser convergentes ou divergentes em maior ou menor grau, em cada contexto (Dor, 2015, p. 96-101). Um indivíduo pode ser exposto a certo significado apenas através da linguagem, mas a linguagem também pode fortalecer ou enfraquecer uma experiência preexistente (direcionando-o ou afastando-o de modos de experiência aos quais ele já era ou

não atraído). A linguagem pode conflitar total ou parcialmente com sua experiência, mas seja qual for o caso, sua influência é maior quando a experiência só é possível através da linguagem – quando ela permite construir um domínio experiencial puramente pela imaginação. O impacto do domínio imaginário que ela produz pode, então, refletir-se de volta sobre a experiência do mundo, e esse é um rendimento importante desta discussão: narrativas podem ser compostas por elementos imaginários articulados para provocar a imaginação alheia, de maneiras inovadoras. Daqui em diante, todas as discussões pressupõem o estímulo à imaginação como um poder fundamental das práticas narrativas, nos vários domínios em que ela é capaz de exercer influência.

Motivações evolutivas da narrativa: formação de laços pessoais e de cooperação

Preocupada em explicar o gatilho evolutivo da linguagem, e como as motivações da sua evolução explicam suas condições de uso, seus componentes constitutivos e as condições da sua variação diacrônica, a extensão da teoria de Dor se encerra antes da investigação dos vários usos específicos aos quais a linguagem, ao longo da história, seria dedicada. Seguimos então para um autor que daria o passo seguinte, afinal conferindo à narrativa uma posição central na evolução cultural humana. Com seu trabalho fortemente transdisciplinar, transitando pela antropologia, psicologia evolutiva e primatologia, Robin Dunbar (2016) tem um lugar central neste artigo. Ele sugere que a religião e a capacidade de contar histórias são traços exclusivos da nossa espécie.

cie, e ambos requerem a linguagem e – assim como em Dor – a capacidade de habitarmos mundos mentais virtuais (Dunbar, 2016, p. 19). Ambas pressupõem que sejamos capazes de imaginar a existência de mundos apartados do cotidiano, que nos desconectemos mentalmente do presente para perguntar por que o mundo é assim, que imaginemos possibilidades alternativas em mundos ficcionais e espirituais. Dunbar propõe que as construções desses mundos não foram mero subproduto da evolução humana; pelo contrário, eles desempenharam um papel fundamental em nossa evolução.

Retomando a teoria de Walsh, trata-se aqui mais uma vez da manipulação – nos estágios iniciais da nossa evolução – do meio semiótico da fala, para a articulação de informações factuais e imaginárias sob enquadramentos conceituais e valorativos que, em vários níveis, estruturariam a vida coletiva. No nível elementar das relações pessoais, as ações, comportamentos e traços de personalidade e temperamento das outras pessoas de um mesmo bando seriam ordenadas em sequências temporais lineares para, com isso, adquirirem o tipo de coerência apta a substanciar o juízo valorativo moralizado: em português coloquial, a narrativização assim gerava as “fofocas” (*gossip*, no original) pelas quais relações de status e aliança entre indivíduos e coalizões eram formadas e transformadas. Nesse nível, narrativas produziam o tipo de conhecimento necessário para o mapeamento cotidiano da vida social; inscritas no horizonte imediato da experiência compartilhada, elas organizavam informações que poderiam, bem ou mal, ser averiguadas no processo de validação das reputações. Ao mesmo tempo,

dados imaginários recebiam sequenciamentos temporais lineares na construção de mitos e lendas, que, incorporados e representados em rituais e práticas de contação de histórias, dariam sentido à experiência coletiva ao delimitarem identidades compartilhadas, e ao dilatarem diacronicamente o senso de pertencimento ao mundo.

Mas como, inicialmente, desenvolvemos essas práticas narrativas? E por que, no decurso do tempo, elas se tornaram progressivamente tão importantes? Dunbar sugere que o crescimento do cérebro humano permitiu o convívio em grupos maiores, melhorando as condições de sobrevivência da nossa espécie, mas complexificando a socialização. Quanto maior o grupo, maior o stress do convívio social, gerando problemas novos. A cognição humana teria passado a evoluir para a navegação de ambientes sociais complexos (Dunbar, 2016, p. 22-26), especialmente para permitir a formação de associações entre indivíduos sem origem comum (em laços afetivos, relações de confiança pessoal e/ou tarefas compartilhadas). O aumento do tamanho dos grupos alterou as condições de interface entre capacidades comportamentais e cognitivas, mudando as maneiras como os indivíduos navegavam no ambiente social – com implicações para as funções assumidas por narrativas em práticas de cooperação.

Em si a evolução da linguagem permitiria que muitos indivíduos interagissem ao mesmo tempo, otimizando a troca de informações sobre a rede social e a veiculação de interesses pessoais. A importância da linguagem para o fortalecimento da coesão social explicaria o tipo de informação do qual as pessoas se lembram com maior facilidade: se, em

geral, as características originais de um traço evolutivo seguem sendo-lhe mais naturais (mesmo quando ele é adaptado para outras funções), isso explica porque as pessoas se recordam melhor da informação social do que de outros tipos de informação (por exemplo, sobre os fatos físicos do ambiente natural) (Dunbar, 2016, p. 264). A linguagem exerce força maior como mediadora das relações sociais, colaborando para aumentar a informação sobre indivíduos relevantes para cada agente, o que seria particularmente importante quando as redes sociais se tornaram complexas a ponto de dificultar que informações fossem obtidas no contato direto com as pessoas potencialmente importantes.

Para se comunicar com eficiência em redes assim, é preciso compartilhar não apenas a mesma língua, mas também certa visão de mundo – quadros de valores, crenças e opiniões que, a certa altura, seriam tipicamente estruturados e disseminados em mitos e outras formas narrativas. Com tal *background*, a linguagem permitiu que quantidades cada vez maiores de agentes fossem incluídos em redes de associação social, ampliando a comunidade de pertencimento. Em especial, Dunbar salienta a importância assumida, com o aprimoramento da linguagem simbólica, pela produção de riso através de estórias (com as piadas) e estórias sobre o mundo extra-natural e/ou sobre as origens do grupo: todas são capazes de formar e reforçar o senso de comunidade, em artefatos muitas vezes elaborados para manter coerência social em grupos distribuídos por regiões extensas. Tais instrumentos potentes de coesão social pela linguagem envolveriam, em suma, comunicar como vemos o mundo (fomentando visões coletivizadas do real), narrar

estórias sobre quem somos e de onde viemos (dando origem a mitos e religiões), provocar riso através de anedotas (estratégias de coesão interna dos grupos e detração de indivíduos e grupos rivais) (Dunbar, 2016, p. 268).

Dunbar enfatiza que piadas costumam tratar dos estados mentais de pessoas, requerendo certa intencionalidade coletiva para serem apreciadas. Contar estórias sobre o passado, sobre quem somos e de onde viemos, sobre outros povos ou sobre agentes num plano metafísico, pode criar um senso de comunidade capaz de agenciar amplas redes de pessoas conectadas por visões compatíveis do mundo. Estórias podem estabelecer razões pelas quais grupos apartados territorialmente devem (ou não) integrar uma comunidade alargada, criando uma camada adicional além do círculo de conhecimento pessoal. E dentro de cada subgrupo social, estórias podem criar um senso de união, irmandade e compromisso (afirmado ou não em rituais coletivos). Narrativas assim estimulam modos compartilhados de enquadramento do mundo, indicativos da identidade do grupo e fundamentando o tratamento positivo ou derrisório das diferenças (individuais e sociais).

Assim narrativas fortaleceram laços pessoais em grupos alargados e a cooperação em larga escala. Grupamentos humanos começaram a ter um número crescente de camadas sociais internas. Dunbar entende que uma primeira camada tem aproximadamente quinze pessoas, das quais cinco nos são particularmente importantes (Dunbar, 2016, p. 293-294): no círculo familiar imediato aprendemos a imaginar as consequências do nosso comportamento e prever coisas que podem acontecer em nossas vidas, num am-

biente de proteção pessoal consistente. Essa indicação é importante, pois a imaginação sobre estados (presentes, passados e futuros) de agentes inscritos nesse círculo imediato (nós mesmos e os familiares próximos) domina a mente humana, a ponto de receber destaque em enredos de narrativas mitológicas e de ficção.

Uma camada seguinte, de cinquenta a cento e cinquenta pessoas, nos provê de proteção, defesa, reprodução, troca de informação, arranjos de interesses comuns: mitos e narrativas de ficção muitas vezes encenam conflitos entre o círculo familiar e esse segundo círculo. Uma camada maior, de mil e quinhentas pessoas, constitui uma tribo ou comunidade etnolinguística, com redes de trocas econômicas que dão sustentação contra mudanças ambientais em territórios geograficamente ampliados, cuja coesão, segundo Dunbar, provavelmente dependeria de valores e códigos morais compartilhados. E a certa altura passamos a conviver em populações de milhares de pessoas no mesmo contexto urbano, o que deve ter sido psicologicamente estressante: no neolítico, para criar senso de comunidade, estórias veiculadoras de crenças morais e explicações do mundo teriam facilitado as relações entre pessoas inicialmente estranhas, mas que, através de práticas narrativas, adquiriam um senso compartilhado de origem, uma consciência de pertencimento a um quadro cultural comum, valores compartilháveis, um senso de humor compatível (Dunbar, 2016, p. 295-311). Subgrupos se formariam de maneira semelhante em torno de religiões, profissões, práticas e interesses, especialmente com o aumento da especialização profissional. Crenças religiosas, muitas vezes englobando uma visão do

mundo, histórias de origem e códigos morais, fortaleceriam o senso de pertencimento: narrativas eram e são instrumentos potentes de promoção de coesão social, sejam quais forem as dimensões e a distribuição dos grupos envolvidos.

Motivações evolutivas da narrativa: intencionalidade coletiva e justificação moral

Se, segundo Dunbar, o *gossip* era um instrumento de regulação social que muitas vezes promovia o juízo moral negativo das ações alheias, como os agentes julgados se defendiam daquele juízo? Outra pergunta diz respeito à escala dos grupamentos humanos: como seria possível que populações de milhares de pessoas, dotadas de práticas, crenças e valores relativamente compartilhados, e não raro sob o domínio de grandes impérios, desenvolveriam códigos morais comuns? Como normas morais poderiam adquirir validação em territórios de ampla extensão? A partir do diálogo com Michael Tomasello (2014, 2016), entendo que ambos os problemas seriam resolvidos através de práticas narrativas.

No primeiro caso, tem-se a narrativa de (auto)justificação, mediante a articulação, no meio semiótico da fala (mas também da escrita), de informações (reais ou imaginárias) relativas à ação de um agente (ou grupo de agentes), que, selecionadas sob enquadramentos morais específicos, conferiam ao seu sequenciamento temporal linear alguma acomodação em valores compartilhados. Em resposta à pressão moral (colocada por outras pessoas, ou pela própria consciência do agente), passa-se a selecionar e atribuir relevância a outras informações pertinentes ao quadro,

ou a enquadrar as mesmas informações de maneiras diferentes, articulando-as sequencialmente também de maneira alternativa, para a elaboração de uma história que dê legitimidade moral às ações observadas.

No segundo caso, antes mesmo de as leis passarem a ser escritas e circularem num território ampliado, padrões morais normativos adquiriam essa circulação ampliada ao serem representados pela articulação oral (e posteriormente escrita) das ações de personagens singulares, lançados em contextos singulares, que lidavam com seus problemas de maneira a exemplificar boas e más conduta. O sequenciamento temporal linear das suas ações estruturou histórias exemplares, de agentes em erro ou cujas ações representavam ideais de virtude, que sugestionavam padrões morais idealizados, e que, ao ganharem ampla circulação, fundamentariam um tipo de intencionalidade (moral) coletiva.

Esse tipo de história será anunciado aqui, mas retornará com maior evidência mais adiante, na discussão das proposições de Daniel Hutto. Por enquanto, pelas proposições de Tomasello, vemos que ambos os tipos de narrativa pressupunham a capacidade do pensamento, que agora passa a ganhar destaque neste artigo. A história natural do pensamento humano proposta por Tomasello sugere que a capacidade do pensamento se manifesta sempre que, ao lidar com um problema, um indivíduo imagina, antes de passar à ação, o que aconteceria se ele optasse por uma alternativa ao invés de outra, ou se outras forças interviessem no quadro. Isso pressupõe representar as experiências para si mesmo em modo *offline* (i.e. distante da experiência real), fazer simulações ou inferências mediante a imaginação de

transformações causais, intencionais ou lógicas naquelas representações, automonitorar-se e avaliar como essas simulações poderiam levar a resultados de algum tipo (Tomasello, 2014, p. 4). Na passagem da tribo à cidade, essa capacidade substanciaria o processo de diferenciação social que nossos ancestrais passariam a viver, que faria com que leis, normas, expectativas e valores mudassem os regimes de convivência entre pessoas que não se conheciam pessoalmente. Surgiu uma intencionalidade coletiva: cognição e pensamento foram coletivizados pela convencionalização (socialmente segmentada) dos códigos de comunicação e das normas (mais ou menos institucionalizadas) de relação entre os agentes. O mundo social adquiriu novos padrões de objetividade com a especialização das funções sociais e a normatização das expectativas de comportamento que, em cada cultura, estabilizariam a intencionalidade coletiva como conjunto de pressupostos (relativamente coerentes) válidos para todos os agentes. As normas eram aquelas porque assim elas deveriam ser: a tautologia sustentava a ordenação social, constituindo um “hábito mental” que dava objetividade às expectativas de convívio (Tomasello, 2014, p. 138-141).

Tomasello (2016) define essas sociedades como organizações sincrônicas de grande escala, regradas culturalmente, divididas (interna e externamente) em instituições, normas e convenções. Padrões culturais se sustentam pela transmissão diacrônica de capacidades e saberes e pela capacidade de produzir conformidade a normas comuns. A cultura tem um componente coordenativo e outro transmissivo, formando precedentes a serem imitados e práticas em que as pessoas interagem de modos reconhecidos. Toda

pessoa se torna um representante genérico de um quadro comum de expectativas: ao nos comunicarmos com um “outro genérico”, nós o tratamos como alguém com quem compartilhamos convenções culturais. Essa internalização das convenções confere objetividade às representações que elas sugestionam, que parecerão elaboradas da perspectiva de “qualquer um” e válidas para “todo mundo” (Tomasello, 2016, p. 5). Tal aparência de objetividade, fomentada pela “naturalidade” e “neutralidade” com que indivíduos enunciam representações e juízos baseados nas convenções da cultura, é o que lhes permite fazer manter um autocontrole normativo para responder a expectativas gerais. Assim preparados para lidar com “outros genéricos” de maneira “objetiva” – i.e. normativizada em seus códigos e expectativas –, eles podem processar, de maneiras compatíveis, produções altamente culturalizadas como as narrativas.

Na condição de produtos típicos da passagem à cultura de larga escala, narrativas de ampla circulação pressupõem o tipo de intencionalidade coletiva que emergiu quando as comunidades humanas se tornaram sedentárias, aumentaram de tamanho e passaram a depender de leis, normas e expectativas universais para reger a conduta pública de indivíduos que não se conheciam pessoalmente. A intencionalidade coletiva fundamenta categorias socialmente estáveis de objetos, esquemas de eventos, modelos de situações, esquemas imagísticos ou icônicos, categorias relativas a deveres e funções individuais, categorias relacionais e abstratas, que em conjunto permitem interpretar fatos, eventos e processos como singularidades pertinentes a conjuntos maiores. Categorias são cruciais na atribuição de or-

dem a experiências compartilhadas: por meio delas, pode-se inventar agentes e situações imaginários que, ao serem remetidos a categorias reconhecidas, adquirem sentidos publicamente compartilhados (Tomasello, 2014, p. 12, 27-32).

No meu entender, formas de comunicação motivadas pela intencionalidade coletiva pressupõem a capacidade de automonitoramento (i.e. a capacidade de pressupor a intencionalidade e o juízo do outro sobre as nossas ações e comunicações, imaginando-se como o receptor das próprias comunicações), recursividade (“eu acho que ele acha que eu acho...”) e perspectivismo (i.e. entender que existem perspectivas diferentes de uma mesma coisa), além do pressuposto da relevância nas situações comunicacionais: se você me diz alguma coisa, pressuponho que essa informação seja nova e relevante para mim. Nesse quadro, narrativas pressupõem a vida social, podendo encenar as condições vividas por agentes singularizados em contextos marcados pela instabilidade ou mudança imprevista, e por isso impelidos a agir ou se comportar de maneira diferente do usual, sofrendo as consequências desse processo em sequências de acontecimentos conectados. Num plano mais fundamental, narrativas podem encenar a própria formação da vida social, ao articularem mitos relativos à origem do mundo e/ou de um certo povo, ou de acontecimentos marcantes daquela cultura.

Narrativas são particularmente eficazes, ou mesmo necessárias, na dramatização de situações tensionadas pela moralidade insterstial, referente a dilemas da vida pessoal e social cujos parâmetros de avaliação moral não são regradados de maneira suficiente por normas estabelecidas. Tomasello propõe que a moralidade humana existe de duas

maneiras: pode-se ajudar alguém por motivos altruístas (por compaixão ou benevolência), ou podemos buscar benefícios coletivos de forma equilibrada, por motivos imparciais (pautados, por exemplo, pelo senso de igualdade ou justiça). É a diferença entre a bondade (o bem) e a justiça (o bom), ou entre a moralidade da empatia e a moralidade da igualdade. A empatia é mais básica, pois a preocupação com o bem-estar alheio é a condição elementar da moralidade (idealmente, ações altruístas não são realizadas por obrigação) (Tomasello, 2016, p. 1). Mas a moralidade da justiça não é básica nem direta: tentar ser justo significa buscar um equilíbrio entre motivos cooperativos e competitivos, e há muitas formas de fazê-lo com base em critérios diferentes (invocando-se juízos morais sobre o merecimento dos envolvidos, e atitudes morais punitivas invocando juízos de responsabilidade, obrigação, confiança, respeito, dever, culpa). A empatia é pura cooperação, mas a igualdade é uma cooperativização da competição, em que indivíduos procuram soluções equilibradas para os conflitos (Tomasello, 2016, p. 2).

Como somos interdependentes, alargamos nosso senso de empatia para além de parentes, amigos e parceiros. Isso fomenta ideais normativos de papéis sociais, que podem impor o reconhecimento que eu e o outro temos status e importância equivalentes no empreendimento colaborativo. Normas válidas para “todos nós” dão fundamentação moral “objetiva” à ordem social; é a moralidade enquadrada como intencionalidade coletiva. Em contextos culturais assim estruturados, praticamos uma moralidade “objetiva” mesmo que, segundo Tomasello, vivamos sob pelo

menos três moralidades distintas. A primeira é a propensão cooperativa motivada pela empatia por parentes e amigos: a primeira pessoa que salvo do fogo é o meu filho. A segunda é uma moralidade de colaboração, em que tenho responsabilidades por indivíduos específicos, em contextos específicos: a próxima pessoa que salvo do fogo é o meu colega de trabalho. A terceira é a moralidade impessoal de normas e instituições, em que todos os membros do grupo cultural têm o mesmo valor: tentarei salvar todo mundo, sem discriminação, simplesmente por serem humanos, talvez com maior atenção aos mais vulneráveis (crianças, por exemplo). A coexistência dessas moralidades não é pacífica: conflitos entre elas estão na origem de dilemas morais relevantes, sem promessa de solução satisfatória (Tomasello, 2016, p. 4-8).

Internalizando esse quadro de expectativas, e em meio às tensões que elas geram, humanos se envolvem no autogoverno moral: assim como julgamos os outros, julgamos nós mesmos. Distingue o autogoverno moral o papel exercido pelo senso de identidade moral do indivíduo, revolvendo quatro preocupações centrais: as preocupações consigo (suas motivações pessoais); a empatia e ajuda aos outros e ao grupo; preocupações com a igualdade, em que todos somos igualmente merecedores; preocupações com o grupo cultural com o qual ele tem identificação. Decisões morais tipicamente envolvem uma das três preocupações, além da preocupação consigo mesmo; há sempre certa complexidade nessas tomadas de decisões. Os agentes costumam querer preservar a própria identidade moral, estabelecida pelas suas decisões morais anteriores. Preservam-na tentando agir com coerência, mas cada situação é única e suas particulari-

dades devem ser acomodadas de alguma maneira (Tomasello, 2016, p. 7).

Como a identidade moral é socialmente construída, todo agente deve estar preparado para justificar – para os outros e para si mesmo – suas escolhas de ação. A própria base racional da moralidade reside nas estruturas de justificação nas quais os indivíduos de uma comunidade moral se baseiam: autojustificar-se é tentar mostrar que minhas ações emanam de valores que outros compartilham. A justificação moral busca encontrar valores que demonstrem identificação com a comunidade moral, ao mesmo tempo em que pressupõe a possibilidade de transgredir as normas da cultura em casos específicos. Em particular, a resolução de dilemas envolvendo normas contraditórias exige a ponderação pessoal dos valores implicados, sem recurso claro a um padrão convencional. Tomasello considera que a moral não é um monólito, mas um mosaico: podemos tender a seguir as normas culturais, mas participamos da interação social com motivações egoístas, empáticas, igualitárias e grupais (Tomasello, 2016, p. 8). Por isso, os processos de justificação moral envolvem certa estruturação narrativa, que articule os elementos implicados numa situação específica de acordo com pressupostos morais compartilhados como intencionalidade coletiva, que darão coerência ao narrado (implícita ou explicitamente). Escolhas e ações moralmente complicadas dão impulso à narrativização, portanto, em atendimento a demandas de justificação – seja na construção de estórias individuais, seja na articulação de mitos e lendas de ampla circulação.

Narrativa e coordenação social

Seguindo perspectivas afins às de Dunbar e Tomasello, Nick Enfield (2022) trata a linguagem como instrumento de coordenação de ações coletivas. No seu entender, a linguagem é menos eficiente para descrever fatos da experiência (do mundo físico ou da vida pessoal), do que para direcionar a atenção dos interlocutores, enquadrar valorativamente os objetos e situações compartilhados, manipular concepções, ajustar interações, administrar reputações e, com tudo isso, regular a vida social. Seguindo Mercier e Sperber (2017), ele entende que a própria racionalidade evoluiu para convencer e persuadir outras pessoas: para vencer argumentos, para defender e justificar ações e decisões, funções realizáveis até mesmo quando o conteúdo da fala não é verdadeiro. Ou seja, a razão não teria evoluído para levar à verdade, mas para defender tomadas de posição. Entender a realidade é diferente de coordenar o comportamento na realidade, e a função das palavras é criar versões do real em torno das quais podemos exercer influência, recrutar ajuda, avaliar situações e decidir o que fazer. Somente através de nossas versões públicas da realidade a coordenação social é possível, e palavras e narrativas, especialmente por reduzirem a complexidade das propriedades reais e imaginárias do mundo, permitem focar e compartilhar pontos em torno dos quais podemos nos coordenar.

Nesses termos, narrativas possibilitariam a própria articulação, nos meios semióticos da fala e da escrita, de dados reais e imaginários que, ao serem organizados em cadeias temporais específicas, permitiram o emprego da lin-

guagem para funções retóricas e políticas de maior ou menor alcance – das pequenas iniciativas de estruturação das relações interpessoais mediante o estabelecimento de acordos sobre pessoais, coisas e atividades conhecidas e/ou compartilhadas, à formulação e/ou fortalecimento de crenças a serem compartilhadas por coletividades de larga escala, passando a fundamentar objetivos coletivos. Tantas menções feitas atualmente a “narrativas” – ao “controle das narrativas” por grupos políticos quaisquer – se inscrevem nessa capacidade, que desde sempre se manifesta a cada vez em que um grupo político se dedica a recontar a história coletiva, com maior ou menor grau de mitificação, para atender certos objetivos políticos. É assim que, pela conjunção da teoria de Enfield e do modelo de Walsh, a linguagem motiva a construção de narrativas, estruturando a vida coletiva em suas várias escalas sincronicamente interrelacionadas.

Na prática, essa coordenação implica definir posturas comuns em direção a focos de atenção compartilhados. Como Dor, Enfield defende que a linguagem (mesmo na discordância) convida à imaginação, explorando hábitos de atenção e interesse para criar pontos de referência comum. Um enunciado sobre a realidade social depende das crenças atreladas a conceitos que não transmitem ideias ou imagens precisas, mas pontos de referência úteis para a coordenação (Enfield, 2022, p. 4). Estando mais ou menos relacionados a noções de direitos e deveres, a instituições e tradições culturais, conceitos fazem abstração de diferenças entre os objetos para oferecerem soluções para a coordenação do comportamento: quando você usa uma palavra, não há apenas

uma relação entre ela e aquilo a que você se refere, mas também entre você e a pessoa com quem está falando.

A linguagem pode levar crenças e memórias a várias direções, especialmente pelo manejo da categorização. Cada objeto, evento, pessoa ou situação é único de certa maneira, mas categorias os tratam como semelhantes a outros elementos integrados à categoria, mitigando (e simplificando) suas diferenças e tornando a complexidade manejável conceitualmente. Um enquadramento torna produtiva a relação da linguagem com a realidade: como em Dor, o modo como eu vejo algo é assunto privado, mas o modo como eu o rotulo é uma instrução aos outros – uma instrução a ter-se aquela visão, comprometendo-se com ela (Enfield, 2022, p. 113). O enquadramento linguístico não é apenas a perspectiva de um sujeito do conhecimento – uma maneira de ver e entender as coisas –, mas um ato público de influência, intencional ou não. Com ele a linguagem é usada para orientar as pessoas a ver as coisas de certa maneira; quando escolhemos palavras, não estamos apenas dizendo o que algo é, mas propondo coordenação em torno desse enquadramento. Isso vincula os efeitos cognitivos das escolhas linguísticas às ações coletivas e seus resultados sociais ou políticos: o enquadramento direciona a atenção para certos fatos ou ideias, e para longe de alternativas. E o faz pressupondo noções e motivações subjacentes sobre o que é ou que se prefere que seja verdadeiro – por isso, um juízo sobre a pertinência de certo enquadramento não pode ser resolvido com base em parâmetros objetivos.

Nesse quadro, Enfield define narrativas como ferramentas fundamentais para a construção de mapas comparti-

lhados para a coordenação social (Enfield, 2022, p. 149-160). Estórias oferecem modelos para construir e acessar normas e valores estruturais para a cooperação, podendo ser usadas como instrumentos de persuasão e justificação. Mesmo em comunicações cotidianas, o fato de as pessoas contarem uma estória mostra que elas consideram seu conteúdo incomum; com elas, aprendemos sobre normas sociais e sobre as pessoas do nosso círculo de conhecimento. Na mesma medida, quando as pessoas nos mostram o que elas consideram notável, elas nos mostram quem elas são. Uma estória (ficcional ou não ficcional) majoritariamente explora temas relativos a perturbações de normas e provações pessoais de maior intensidade, permitindo-nos viver vicariamente experiências alheias (que, talvez, não gostaríamos de viver por conta própria) que nos instruem sobre o mundo, permitindo aperfeiçoar nossas habilidades sociais, emocionais e cognitivas. Essas considerações nos levam ao nosso próximo interlocutor.

Prazer no jogo, simulação de problemas

Enfield fala majoritariamente de narrativas que logram produzir cooperação pela articulação de dados intersubjetivamente identificáveis, ao menos relativamente, na realidade compartilhada; apenas após o tratamento dessas narrativas ele chega à ficção. Se é impossível recuperar a estória de ficções orais na Antiguidade – elas não deixaram registro físico –, ao menos no registro escrito ficções de fato foram tardias em relação às narrativas não ficcionais. Não há espaço, aqui, para tratar dos tipos de texto que ficções escritas desenvolveriam ao longo da história, mas é plausível postu-

lar que a sua origem como prática cultural rotinizada foi derivativa em relação a narrativas de outros tipos. Pelo modelo de Walsh, ao tratarmos de ficções passamos a falar da articulação de informações inventadas, nos meios semióticos da fala e da escrita, em sequências temporais lineares também deliberadamente inventadas; não apenas as informações, mas também sua articulação e estruturação temporal são escolhidas pelo autor da narrativa. Na condição de construto imaginativo que, em regra, se anuncia ao público como tal – como invenção humana –, ficções narrativas tendem a explorar temas de interesse sincrônico mediante a expansão do conjunto de coisas – de personagens, lugares, situações... – existentes no mundo. Com isso, elas extrapolam a função cognitiva elementar que Walsh lhes atribui, para expandir as capacidades imaginativas dos públicos que elas puderam alcançar.

Essas considerações nos aproximam das proposições de Dennis Dutton (2009) sobre o sucesso evolutivo de narrativas de ficção. Dutton as descreve como um jogo autorregulado, que produz prazer ao estimular a imaginação inferencial sobre o passado e o futuro da trama: mesmo quando o mundo ficcional é semelhante ao real, ele é um conjunto imaginativo de ideias coerentes e internamente relacionadas, que contém suas próprias ontologias e regras de inferência, formando um mundo paralelo ao real (Dutton, 2009, p. 116, 130). A relação (de um leitor, espectador ou ouvinte) com esse mundo leva à antecipação dos seus estados futuros e à elaboração imaginativa de soluções para os problemas fictícios, sem os custos potencialmente implicados na experiência real. Segundo Dutton, essa atividade

mental traz vantagens adaptativas, ao favorecer que lidemos com o mundo não como “realistas ingênuos”, mas como “experimentadores mentais”: estórias proporcionam experiências imaginativas intensas, mas de baixo custo, que nos preparam para a vida e suas surpresas. Elas nos fazem explorar pontos de vista, crenças, motivações e valores alternativos, fertilizando nossas capacidades sociais. A partir da capacidade de pensar contrafactualmente, elas estimulam o pensamento baseado em casos, que demanda a produção de conhecimento por analogias e pela identificação de semelhanças em situações complexas e singulares. Para lidar com as contingências da vida, regras morais e máximas intelectuais são de pouca ajuda, enquanto estórias imaginativas, prazerosamente experienciadas e integradas à memória de longo prazo, fornecem modelos e exemplos complexos para guiar e inspirar a ação humana. Seu valor adaptativo não vem da oferta ostensiva de conselhos e instruções, mas do estímulo à construção de um acervo de experiências imaginárias, apresentadas em casos individuais e integradas à memória de longo prazo (Dutton, 2009, p. 111-118). No plano macroscópico, coletividades formam acervos semelhantes de conhecimento a partir de estórias compartilhadas, usadas analogicamente para dar sentido a experiências e situações.

Ficções estendem esse pensamento contrafactual para outros mundos, ampliando as possibilidades da narrativa como orientação da experiência mundana. Em especial, a ficção descreve e examina a experiência interior – desejos, emoções, cálculos, planos, frustrações, prazeres – de personagens que lidam com problemas relativos à navegação de

ambientes estruturados em ligações de parentesco, amizade, status, códigos, práticas sexuais, códigos morais e educacionais, disputas por recursos, benevolência e hostilidade, conformidade e independência, obrigações morais, altruísmo e egoísmo. Compreender intelectual e emocionalmente outras mentes, de maneira vicária, é um prazer da ficção, cuja densidade emocional é coexistensiva à sua fruição: ficções não fornecem conteúdo e depois acrescentam emoção; elas estabelecem imediatamente um tom, postura e sentimento na narração e na representação dos fatos ficcionais, que estimulam reações emocionais nos leitores (Dutton, 2009, p. 120-123).

Enredos de grande repercussão (nos registros “popular” e “erudito”) tipicamente encenam problemas entre agentes que deveriam colaborar entre si, mas que entram em conflito por algum motivo. Seus temas e situações derivam dos interesses evolutivos que temos no amor, na morte, na aventura, na vida familiar, na justiça, na superação das adversidades. Junte-se a isso as ameaças e obstáculos à realização da boa fortuna – azar, vilões, mal-entendidos... –, e temos os ingredientes básicos de inúmeras histórias que revolvem condições básicas da existência humana. Como instrumento de aprendizado casuístico sobre as condições da vida pessoal e coletiva, narrativas de ficção são tradicionalmente integradas à imaginação de cenários alternativos, referentes a temas de interesse fundamental para o *Homo sapiens* – sendo essa, segundo Dutton, sua principal função na evolução cultural humana (Dutton, 2009, p. 127-129, 132). Com isso em mente, veremos como nosso próximo interlocutor lhes confere um papel ainda mais fundamental na

formação de capacidades psicológicas cruciais para a navegação do mundo social.

Narrativas de ficção e desenvolvimento da *folk psychology*

De certa maneira, nosso próximo interlocutor poderia ter sido incluído numa posição anterior neste artigo – talvez na sequência de Dunbar ou Tomasello, pois ele trata do desenvolvimento de capacidades mentais do *Homo sapiens* tão elementares quanto aquelas. Mas ele também postula que essas capacidades são desenvolvidas mediante o processamento de narrativas orais de ficção. Desse modo, de acordo com o modelo de Walsh, continuamos falando da articulação de informações ficcionais para apelar à imaginação dos ouvintes, sobretudo – nesta teoria específica – pelo meio semiótico da fala, mas também da escrita, em sequências temporais lineares igualmente inventadas, usadas – de acordo com a teoria – para a instrução normativa dos ouvintes sobre expectativas morais e comportamentais relevantes tanto para a interpretação de motivações e ações alheias, quanto para o aprendizado de regras de socialização.

Falamos da proposição radical de Daniel Hutto (2007), que procura explicar a formação da nossa *folk psychology* (a capacidade intuitiva de interpretar estados mentais alheios) pelo nosso contato com narrativas de ficção desde a primeira infância. A *folk psychology* permite dar sentido a ações intencionais alheias, quando tentamos entendê-las mediante uma associação de crenças e desejos atribuídos ao agente: se compreendemos, em geral, como atitudes proposicionais se relacionam, ao identificarmos um

par de crença e desejo com conteúdos proposicionais próprios, podemos entender, de maneira esquemática, por que alguém agiu de certa maneira numa certa situação. Esse será um entendimento rudimentar, porém, pois para realmente entender uma ação é preciso conhecer a personalidade do agente, suas circunstâncias de vida e, talvez, sua história pessoal – coisas que narrativas de ficção primam por apresentar ao público. Hutto entende que a *folk psychology* é menos acionada na cognição social do que se poderia pensar. Em interações regulares, usamos padrões de reconhecimento e resposta baseados em expectativas corporificadas, que são maneiras rápidas e confiáveis de navegar na dinâmica social: nossos encontros rotineiros se dão em situações em que regras e papéis estão bem estabelecidos, sem que haja necessidade de entendermos uns aos outros pelo esquema de crença e desejo (Hutto, 2007, p. 44-45). Às vezes, porém, ações clamam por explicações que só podem ser formuladas com referência a um contexto mais amplo, mediante a elaboração de uma “narrativa psicológica” que explique seus motivos a partir de uma compreensão prática de atitudes proposicionais, da capacidade de representar os objetos dessas atitudes (seus conteúdos proposicionais), da compreensão geral dos parâmetros que regem a interação das atitudes (entre si e com outros fatores psicológicos importantes), e a capacidade de ajustar esses itens às particularidades do caso. É uma capacidade cognitiva complexa, e Hutto entende que nós a aprendemos pelo envolvimento com narrativas ficcionais – narrativas sobre pessoas agindo por motivos – que, desde a infância, nos familiarizam com as formas e normas da psicologia popular – é a afirmação

central da sua “hipótese da prática narrativa”.

Hutto indica que compreender desejos e crenças não equivale a compreender razões – é uma condição necessária, mas não suficiente, para ser um psicólogo popular. Compreender crenças é diferente de compreender motivações de ações, o que exige atribuir estados mentais complexos que apresentam crença e desejo com conteúdos interligados, mas que, em regra, também envolvem outros fatores contextualmente relevantes, como regras sociais, jogos de poder e status, históricos de relacionamentos, e assim por diante. É preciso uma compreensão prática das regras que regem diferentes tipos de atitudes proposicionais, mas fazer atribuições de atitudes isoladas – objetivos, desejos, pensamentos, crenças – não é saber como elas se combinam para formarem razões (Hutto, 2007, p. 48-49). Isso requer o domínio das normas sociais que tipicamente regem a interação entre essas atitudes num certo domínio cultural, e que não existem como um conjunto de princípios a serem memorizados: em cada caso concreto, uma gama de produções emotivas e imaginativas entra em ação. Por isso o uso da *folk psychology* demanda, em algum grau, identificar-se imaginativamente com os agentes, respondendo a eles de forma emotiva. É preciso prestar atenção em seus pensamentos, desejos e sentimentos, é preciso ver relações entre atitudes psicológicas diversas para elaborar nossas explicações. De certo há relações que se mostram mais ou menos recorrentes em explicações psicológicas populares, mas em cada caso variam as particularidades da motivação à ação. É preciso identificar os fatores a serem levados em conta naquela história específica, mesmo quando aplicamos a ela um modelo

estrutural geral de meios e fins, atitudes e crenças, desejos proposicionais e outros papéis tipicamente desempenhados por predicados mentais. Em cada caso, esses elementos devem ser ajustados pela compreensão da psicologia, caráter, história e circunstância de vida do agente.

Em cada trajetória individual, essa capacidade interpretativa seria desenvolvida pelo contato com narrativas desde a infância, especialmente com narrativas de ficção. Estórias infantis não são descrições simples de crenças e desejos de agentes racionais idealizados, mas representações das aventuras de pessoas situadas em cenários precisos, com a identificação dos elementos necessários para a compreensão das suas motivações. Os agentes têm um perfil psicológico peculiar, com suas próprias atitudes psicológicas, tendências comportamentais e traços de personalidade: aprender a reconhecer esses atributos ensina a dar sentido a ações, pela identificação de detalhes relevantes e dos ajustes apropriados a casos específicos. Hutto propõe que crianças alcançam esse entendimento ao se envolverem em práticas de contar estórias, com o apoio de outras pessoas. Estórias as treinam para compreender ações humanas, oferecendo exemplos que promovem a compreensão das aplicações da psicologia popular, familiarizando-as com os modos como atitudes proposicionais centrais – crença e desejo, no caso – relacionam-se entre si e com emoções, percepções e outros fatores contextualmente relevantes. O envolvimento das crianças não é passivo: suas habilidades emotivas e imaginativas são fortemente acionadas, pois elas devem ser capazes de se identificar imaginativamente com os personagens, respondendo emotivamente às suas características e propó-

sitos. E as conversas sobre as estórias funcionam como extensões daquelas experiências, pois é comum que as crianças sejam orientadas por cuidadores e professores a prestar atenção nos pensamentos, desejos e sentimentos dos personagens, que são frequentemente explicados e contextualizados para elas. Ao mesmo tempo, elas são estimuladas a oferecer suas próprias explicações, aplicando e ampliando seu entendimento prévio (Hutto, 2007, p. 52-55). Esses intercâmbios misturam reencenação dramática, contextualização e exposição a exemplos, em encontros guiados que estimulam a identificação de relações entre as atitudes psicológicas envolvidas. Assim as crianças aprendem a entender como crenças e desejos se interrelacionam para motivar ações, aprendendo a adequar o esquema ao caso que se coloca. Assim os princípios operacionais da psicologia intencional são revelados não como uma série de regras, mas mostrados em ação, por meio de narrativas.

Como objeto, uma narrativa pode ser uma produção espontânea, um relato autobiográfico, uma fofoca, um artefato cultural. Qualquer estória que descreva motivos de ação, mesmo contada em conversas casuais, pode produzir aquele aprendizado. Ouvindo e participando de conversas sobre agentes e suas motivações, acompanhando descrições de atitudes proposicionais, as crianças se familiarizam com a estrutura da psicologia popular e o conhecimento prático da sua aplicação (Hutto, 2007, p. 61). Inicialmente as estórias são simples, mas têm as propriedades certas para familiarizá-las com uma estrutura mentalista e suas aplicações práticas, tanto na interpretação de motivos em geral, quanto em casos que demandam ajustes específicos.

Narrativas e história do *self*

Até aqui, enfatizamos os modos pelos quais as práticas narrativas motivaram e fundamentaram práticas de cooperação social, em maior ou menor escala. Agora, veremos narrativas integradas à expressão de ideias, afetos e valores individuais, à exploração do próprio senso de individualidade de agentes relativamente distanciados do senso de pertencimento à coletividade. Pelo modelo de Walsh, falaremos especialmente do recurso ao meio semiótico da escrita para a articulação sequencial de informações que, inventadas ou intersubjetivamente compartilhadas, ofereciam narrativas alternativas àquelas que, num contexto específico, haviam colaborado para a estabilização da vida coletiva. Ao serem assim mobilizadas para a expressão de posicionamentos individualizados sobre a cultura compartilhada, narrativas passariam a colaborar para a variação de padrões culturais, acelerando a evolução cultural humana.

É com António Damásio (2012) que chegamos, enfim, às implicações cumulativas das práticas narrativas para a própria história do *self*. Damásio afirma que o *self* demorou a surgir na mente humana: a “consciência de si” não é necessária para a sobrevivência, resultando de capacidades mentais que não evoluíram para produzi-la, na lenta complexificação do cérebro em resposta às condições ambientais dos nossos ancestrais. Mas quando o *self* afinal emergiu, ele promoveu padrões de percepção, comportamento, comunicação, pensamento e ação que habilitaram nossos ancestrais a construir nichos adaptativos complexos, autorreferenciais e relativamente protegidos das oscilações da natureza. Primeiro teria emergido um “*self* autobiográfico”,

investigativo e ciente da própria individualidade: Damásio comenta que as pinturas rupestres já indicavam capacidade de pensamento simbólico, e que novas práticas funerárias indicavam uma atribuição especial de valor à vida (e, talvez, alguma interpretação da sua condição transitória). Esses nossos ancestrais moldavam cada vez mais o próprio ambiente social, mas aqui nos interessa um momento posterior da nossa evolução cultural, que iniciaria o impulso à inovação cultural contínua (Damásio, 2012, p. 349-353). Uma versão mais moderna do *self* se rebelaria contra as limitações da própria cultura humana. Esse seria o “*self* rebelde”, na nomenclatura de Damásio, que emergiu quando o *Homo sapiens* passou a desenvolver um quadro amplo da condição humana, perguntando sobre o passado e o futuro, operando com uma imaginação especulativa dedicada à resolução de problemas práticos, à melhoria da vida coletiva e à fantasia. Essa “mente rebelde” teria passado a conduzir a existência humana a direções imprevistas, inicialmente baseadas no pensamento mítico e mais tarde na retórica, na lógica, na ciência. Essas seriam marcas de um *self* aberto à diversidade produzida pela própria evolução cultural, mostrando-se capaz de criar representações miméticas da realidade e representações simbólicas de objetos e indivíduos reais e imaginários. O aparecimento desse *self* estaria ligado à invenção de sistemas de comunicação e memória externos, em especial de tecnologias de escrita – ou seja, foi um *self* formado pelo processamento cumulativo de objetos e histórias legadas por gerações anteriores, num processo contínuo de narrativas gerando mais narrativas e contranarrativas, através das gerações. O “*self* rebelde” daria início ao proces-

so de indagação, reflexão e inovação responsável pela formação das convenções culturais e dos códigos e práticas institucionais de civilizações inteiras, assim como pelas inovações e críticas àqueles códigos e convenções que promoveriam a aceleração da evolução cultural materializada na arte, na literatura, na filosofia, na tecnologia, nas leis, nas religiões, e nas técnicas de regulação da vida social. Acima de tudo, seria um *self* capaz de fazer com que pressupostos implícitos da cultura se tornassem objeto de metarreflexão – capaz de fazer com que hábitos, predisposições e noções que dão estabilidade à relação com o mundo, determinando as condições de satisfação de crenças, expectativas e angústias, saiam da condição de “pano de fundo”, para emergirem ao primeiro plano da consciência individual e coletiva.

Suma

Ao final, como fica a integração dessas teorias numa narrativa convergente sobre o papel das narrativas na vida social e na evolução cultural humana? Se, a partir de Walsh, a narrativa é uma “articulação semiótica numa sequência temporal linear”, resultante de um processo cognitivo (de nível básico ou superior) ou de uma atividade de criação (fingida como mentira, tradicionalizada como mito, institucionalizada como ideologia, vivida como sonho, proposta como especulação, autoindicada como ficção...), Dor nos ensinou a identificar a instrução da imaginação como seu efeito mais genérico e fundamental. Todas as funções que narrativas assumiriam na evolução cultural humana pressupõem esse poder elementar, que levaria à evolução do mito, da ficção e dos contrafactuais da ciência pela capacidade

(individual ou coletivizada) de imaginar cenários e mundos alternativos, antes de passar à instrução da imaginação alheia em atos intencionais de comunicação.

É o que nos leva – com Dunbar – ao mito e ao humor como instrumentos de estabelecimento e fortalecimento de relações de confiança, dando as bases evolutivas para o desenvolvimento, no neolítico, da moralidade baseada na intencionalidade coletiva – que explica, em Tomasello, o apelo à narrativização como meio de justificação moral individual ou coletiva. De maneira semelhante, Enfield identifica o poder da narrativa de basear-se na intencionalidade coletiva para buscar efeitos de convencimento e persuasão, que são particularmente importantes na capacidade de mobilização coletiva pela retórica política. Num plano semelhante, e retornando à moralidade como impulso à narrativização, Tomasello delinea fundamentos para proposições como a de Dutton, que trata a narrativa de ficção como um jogo autorregrado que simula problemas potenciais da vida individual e coletiva, notabilizando-se por problematizar a condição casuística da moralidade instersticial (termo pelo qual me refiro ao conjunto ilimitado de problemas morais que sejam singulares a ponto de não terem equacionamento previsto por regras ou códigos morais convencionais). Essa condição casuística do apelo à moralidade prática nas histórias de ficção explica, por sua vez, a hipótese de Hutto pela qual elas seriam responsáveis pelo aprendizado da *folk psychology*, entendida como um conjunto de capacidades psicológicas importantes para a navegação do mundo social. Por fim, pela exploração de todas essas capacidades e funções responsáveis pela ordenação da vida social, narrativas

seriam apropriadas para promover o desgarre dos padrões da cultura, quando o “*self* rebelde” de Damásio passou a promover a reflexão sobre os padrões estabilizados por práticas narrativas anteriores, impulsionando a evolução cultural humana.

No meu entender, essas propriedades continuam sendo exploradas por gêneros narrativos ficcionais e não ficcionais. A instrução da imaginação é obviamente explorada na ficção, mas também na não ficção: relatos de guerra, por exemplo, podem produzir a sensação de estar no conflito, codificando a linguagem para produzir imaginativamente uma experiência que o espectador ou leitor jamais teria por conta própria. O mito sempre retorna em narrativas integradas aos discursos legitimadores de ideologias (como explicações das relações das pessoas com o mundo social), de ideias metafísicas (como imagens abstratas do funcionamento do mundo), de relatos de origem (de grupos religiosos, étnicos, políticos...), de produções humorísticas (como instrumentos de formação de posições compartilhadas sobre categorias de agentes, grupos e comportamentos). A justificação moral continua dando impulso à narrativização, na vida pessoal, na política (como nas inúmeras narrativas que hoje povoam o debate político brasileiro), no direito (como nas narrativas construídas, no direito penal, para justificar a inocência ou condenação do réu). Narrativas de ficção continuam se oferecendo como jogos autorregrados que simulam angústias sociais latentes – no realismo, na ficção científica, na fantasia, em diferentes gêneros e mídias. Em geral, narrativas atuando como instrumentos de convencimento e persuasão, das conversas sobre a vida

alheia à retórica pública. Crianças seguem imersas em histórias que elas agregam ao seu aprendizado pessoal, enquanto a reflexividade de narrativas “rebeldes” segue acelerando nossa evolução cultural, na esteira de contranarrativas como aquelas articuladas, por exemplo, por Hobbes (sobre a história do governo), por Rousseau (sobre a história da propriedade), por Darwin (sobre a história da vida), num movimento incessante, sem interrupção à vista.

As proposições aqui analisadas procuram estabelecer, pois, a continuidade trans-históricas das funções evolutivas das práticas narrativas. Se isso faz sentido, nosso percurso deve se encerrar com o desejo de continuidade: que esses modos de reconhecimento da importância das narrativas fertilize a continuidade da pesquisa a seu respeito. O conhecimento dos poderes da narrativa pode ser mais importante do que o juízo das suas produções pontuais, que passam a ser configuradas como manifestações contextuais de tendências evolutivas. Sob esse enquadramento, narrativas são práticas e produtos culturais fundamentalmente importantes para a espécie humana, e nunca deixarão de ser. Que sigamos refinando sua compreensão, então – chegou o momento.

Abstract: The article comments on recent propositions from various academic disciplines about the role of narrative practices and productions in explaining human cultural evolution, with a focus on the practical consequences of beliefs and patterns of behaviour grounded in shared stories. From Daniel Dor, Robin Dunbar, Michael Tomasello, Dennis Dutton, Nick Enfield, Daniel Hutto and António Damásio, we discuss ideas whose implications for the explanation of social life are sequenced at an ascending level of complexity, from the elementary functions of human language to the cul-

tural acceleration that has characterised our species' history. To organise the discussion, we start with the concept of narrative proposed by Richard Walsh, which seeks to establish the logical and formal structures present in the numerous functions and manifestations of the phenomenon across time. Organized by Walsh's concept, the discussion presents ideas about human cultural evolution that are placed in a relationship of complementarity, forming a set of propositions that suggests the ways in which the original functions of narrative practices explain central aspects of the various functions and characteristics that these practices would manifest throughout history.

Keywords: narratives, language, human cultural evolution, imagination, fiction

Referências bibliográficas

DAMÁSIO, A. *E o cérebro criou o homem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DAWKINS, R. *A grande história da evolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DOR, D. *The Instruction of Imagination: Language as a Social Communication Technology*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

DUNBAR, R. *The human evolution*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

DUTTON, D. *The art instinct*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

ENFIELD, N. *Language vs. Reality: Why Language Is Good*

for Lawyers and Bad for Scientists. Cambridge: The MIT Press, 2022.

GLEISER, M. *A dança do universo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HAIDT, J. *The righteous mind: why good people are divided by politics and religion*. Nova York: Pantheon, 2012.

HUTTO, D. The Narrative Practice Hypothesis: Origins and Applications of Folk Psychology. In: HUTTO, D. (org.). *Narrative and Understanding Persons*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 43-68.

PRIGOGINE, I. *The end of certainty: Time, chaos, and the new laws of nature*. Nova York: The Free Press, 1996.

SHILLER, R. *Narrative Economics: How Stories Go Viral and Drive Major Economic Events*. Princeton: Princeton University Press, 2019.

SMITH, M. *Moral, Believing Animals: Human Personhood and Culture*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

TOMASELLO, M. *A natural history of human thinking*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

TOMASELLO, M. *A natural history of human morality*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

WALSH, R. Narrative Theory for Complexity Scientists. In: WALSH, R.; STEPNEY, S. (org.). *Narrating Complexity*. Cham: Springer, 2018. p. 11-26.